

EXPRESSO

ADUR

27

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 27 – 19/07/2004 – www.adur-rj.org.br

GOVERNO RETROCEDE E APRESENTA PROPOSTA QUE MANTÉM GED/GID E UM PERCENTUAL DE REPOSIÇÃO INFERIOR AO APRESENTADO EM ABRIL

A semana passada começou com a divulgação na imprensa de que o Governo havia fechado acordo com o SINASEFE, sindicato que tem sua base também em escolas federais, de 1º e 2º graus. Segundo o Governo, este acordo valeria também para os filiados do ANDES, de 1º e 2º graus. A Diretoria do ANDES divulgou a seguinte nota, em 13 de julho de 2004:

“Desde o advento da GED em 1998, o Movimento Docente vem apresentando sua posição crítica a esse instrumento introduzido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo à frente do MEC o ministro Paulo Renato. Nesses anos todos de vigência, o critério produtivista vinculado à remuneração determinou estragos nas relações universitárias, favoreceu o individualismo, sem produzir quaisquer dos benefícios decantados pelo governo, quando da sua implantação. Na prática, operou a descaracterização do salário como a justa contraprestação pelo serviço eminentemente público da atividade docente, revelando a intenção original dirigida a estabelecer características de mercado no cerne da função acadêmica, além de tentar a dissolução da reação que adviria, como de fato ocorreu, às políticas governamentais de sucateamento da universidade e de arrocho salarial imposto aos servidores públicos.

Excluídos inicialmente, os docentes do 1º e 2º graus foram “contemplados” com uma “bolsa” e, somente em 2000, passaram a ter a GID, porém em valores menores que os da GED, ainda que tivessem a mesma titulação. Somente em 2001, após uma greve dura, o Movimento conseguiu fazer aproximar os valores da GID e da GED, num esforço de recomposição da isonomia salarial. Também manteve sempre uma posição forte de defesa dos aposentados, em resposta ao tratamento discriminatório que lhes foi dado pelo governo.

Historicamente, o Movimento tem denunciado esse tipo de política e já, há tempos, incluiu na sua pauta de reivindicações a incorporação de todas as gratificações, no caso da GED e da GID, pelos maiores valores, e a

construção da carreira única para os professores do 1º e 2º graus e do ensino superior das IFES.

Agora, após 8 anos sem reajuste salarial no governo anterior, política mantida no atual governo – o pífio índice de 2003 não chegou a 2% -, este anunciou, em abril de 2004, a alteração dos valores da GED e da GID, em valores distintos de acordo com a titulação. Para os aposentados, o percentual de 60% seria alterado para 65% da pontuação plena da respectiva titulação.

A posição do Movimento, em resposta, a partir da quase totalidade das assembleias de base, foi de rejeição a essa forma de reajuste. As assembleias reforçaram, sim, a reivindicação congressual pela incorporação das gratificações aos vencimentos básicos.

Apesar do anúncio feito, o governo foi incapaz de demonstrar concretamente a origem dos valores, ou discorrer sobre os critérios levados em conta. Suas “tabelas” eram inconsistentes, enquanto o seu discurso era de “ou pegam o que é oferecido ou não terão nada”; sem qualquer negociação.

Diante da negativa intransigente do governo em responder à pauta apresentada, o Setor das Federais formulou, e o ANDES-SN encaminhou formalmente aos interlocutores oficiais os elementos para negociação especificamente da questão salarial, que mantinham os princípios nos quais o Movimento sempre se referenciou, mas abria a possibilidade de que os ganhos obtidos, bem como o principal da GED e da GID, tivessem um cronograma para serem incorporados aos vencimentos básicos.

A partir desta perspectiva posta pelo Movimento, o governo alterou sua posição, abrindo a possibilidade de utilizar os valores da GID e da GED, incluindo os do seu pretendido reajuste, para a concessão, no seu lugar, de uma nova gratificação fixa por classe, nível e titulação, a ser posteriormente incorporada.

Simulações foram preparadas, mas só entregues pelo governo no dia 21 de junho. Ainda assim, em exercícios que ora consideravam a GID e a GED juntas, ora em separado. O cálculo dos impactos financeiros de suas aplicações, estimado pelo GT Verbas do ANDES-SN, contraditavam, para menos, com os valores anunciados em abril.

Na última semana, coincidindo com o anúncio da votação iminente de suplementação orçamentária destinada aos reajustes do funcionalismo pelo Congresso Nacional, o MPOG se omitiu mais uma vez de esclarecer os critérios sobre os quais trabalha, pela imposição enérgica do que viria a ser um teto intransponível quanto à repercussão financeira. Fica claro, então, que o governo apresentou até agora (de reajuste da GED e da GID) algo insustentável dentro dos parâmetros com os quais ele mesmo trabalha, o que já fora detectado na última reunião do Setor das Federais, em 3 de julho, ao identificar que a citada “proposta” nunca existiu.

A posição definida pelo Setor das Federais, sempre a partir das suas assembleias, coerentemente tomou como base a paridade e a isonomia entre os docentes dos diversos graus de ensino e entre ativos e aposentados. Esta foi a proposta encaminhada ao MEC e ao MPOG no início de junho, num esforço pelo estabelecimento efetivo de negociações, apesar da conduta desrespeitosa e desqualificada dos interlocutores oficiais. Esses foram os parâmetros que nortearam os estudos do GT de Verbas para a apresentação ao MPOG de tabelas que permitam avançar numa perspectiva de construção que favoreça

coletivamente os docentes, uma vez que se mantenha o compromisso com um cronograma de incorporação aos vencimentos.

A despeito desse esforço na busca da negociação, o governo anuncia agora a conclusão de um acordo, em separado, com o SINASEFE, que atinge não só os docentes das escolas técnicas mas, também, os professores dos CAPs e dos CEFETs que são da base do ANDES-SN.

É preciso que fique claro ao MPOG, ao MEC e ao SINASEFE, caso esta seja mesmo a via pela qual operam, as conseqüências negativas que advirão da abordagem em separado desse importante segmento das IFES.

Companheiros, o governo aposta na divisão e ataca, desrespeitosamente, os docentes das IFES. A nós cabe uma resposta que consolide a unidade para defender os nossos direitos. O 48º CONAD resumiu, ao final da Carta de Aracaju, a nossa tarefa: *Organizar, Resistir, Construir, mais que uma tarefa, é o nosso compromisso.* Somente a mobilização de todos, o esforço e a disposição de luta permitirão que o Movimento avance pela universidade pública e gratuita e pelos que nela trabalham.

Por todos esses motivos e ainda por suas implicações com a re-forma universitária que o governo anuncia, o momento exige uma resposta vigorosa, tanto em qualidade política como no nível de enfrentamento que será necessário e, para tanto, reafirmamos a importância da próxima reunião do Setor das Federais, que seja a mais ampla possível, municiada pelo debate transcrito na próxima rodada de assembleias gerais e conte, também, com uma boa avaliação dos companheiros da carreira de 1º e 2º graus, filiados ao ANDES-SN.

Estamos convocando esses companheiros que forem indicados pelas suas seções sindicais para uma reunião preparatória e precedente à reunião do Setor, no dia 23/6, sexta-feira, na sede do ANDES-SN, em Brasília.”

Ainda no dia 13, aconteceu uma nova REUNIÃO DO ANDES-SN COM O MPOG. Segue abaixo o relato:

“Presentes - MPOG - Sérgio Mendonça - Secretário de Recursos Humanos, Marilene Ferrari – Chefe de Gabinete; MEC - Godofredo de Oliveira Neto – Diretor do Departamento de Política de Ensino Superior, Maria do Socorro (Nina) - Assessora, Jorge Augusto Pereira Grégori - Assessor Parlamentar; ANDES-SN - Diretores: Marina Barbosa Pinto, Márcio Antônio de Oliveira, Antônio de Pádua Bosi, Maria Inês Marques, Luiz Henrique Schuch e Félix Pedro Quispe Gómez (CNM); e CUT Nacional – Lúcia Reis.

A reunião foi aberta pelo secretário Sérgio Mendonça, que, inicialmente, entregou ofício contendo sua resposta ao documento encaminhado pelo ANDES-SN, no dia 7 de julho, e informou que estavam trazendo uma nova simulação que prevê o congelamento da GED, além da criação de uma gratificação fixa. Segundo ele, está-se caminhando para o desfecho, qualquer que seja. Resolvido o problema do orçamento, serão providenciadas as medidas provisórias. Declarou que, para as categorias que já têm firmados os acordos, está prevista retroatividade ao mês de maio. Informou ainda que nesta simulação o percentual

mais baixo ficaria em 6,91% (especialização/ativo) e o maior em 18,5%.

O secretário mostrou-se incomodado quanto à utilização de termos nos boletins do ANDES-SN, registrando que não aceita a avaliação constante na Nota Pública de que não está negociando seriamente. E disse mais, que se assim fosse, não haveria sentido em continuar o processo de negociações.

O representante da SESU, sr. Godofredo, questionou os números que estavam sendo trabalhados pelo MPOG, já que o MEC tem dados demonstrando que esses recursos ultrapassavam os quatrocentos milhões na

proposta original do mês de abril. Ao que o secretário do MPOG respondeu que trabalharam com 231 milhões para o ensino superior e 96 milhões para os demais docentes.

Neste momento, a prof^a Marina interveio para dizer que o MPOG tinha trabalhado com a média de pontuação da GED, o que foi confirmado por Sérgio Mendonça. Foi então que o representante do MEC, sr. Godofredo, desnudou a contradição, ao afirmar que o MEC tem dados comprobatórios de que 99,8% dos docentes têm a GED plena (140 pontos), confirmando pelo menos uma das origens da diferença evidenciada nos cálculos produzidos por um e por outro ministério.

O sr. Sérgio Mendonça informou que o MPOG continua trabalhando com o limite com que sempre trabalhou (231 milhões), porém nunca estão inteiramente descartados outros valores, mas isso envolve setores do Governo externos a sua secretaria, no limite, a Presidência da República. Na continuidade, declarou que gostaria de ouvir o ANDES-SN quanto ao seu sentimento e sensibilidade frente às posições apresentadas pelo governo, já que eles consideram o Sindicato representante de uma categoria estratégica.

A prof^a Marina tomou a palavra para dizer que, pela primeira vez, o MPOG apresentou um documento escrito e assinado. Registrou que o ANDES-SN esteve várias vezes em reuniões solicitando a explicação dos números, montantes, critérios, metodologias e, até então, não havia obtido respostas. Há muito tempo, o ANDES-SN vem apresentando questionamentos sobre os números de abril, calculados na ordem de 420 milhões.

Quanto ao incômodo registrado pelo secretário, no início da reunião, a professora frisou que as informações passadas para a base e disponibilizadas na página do ANDES-SN são exatamente as mesmas aqui apresentadas claramente ao governo. Em seguida, chamou à responsabilidade os interlocutores do governo sobre as conseqüências negativas decorrentes do “acordo” assinado

com o SINASEFE, repercutindo na base do ANDES-SN, sendo que nunca recebemos documento ou proposta concreta para o primeiro e segundo graus, além de que, em um certo momento, nossa participação passou a ser vetada.

O ANDES-SN recebeu, sexta-feira dia 9 de julho, um telefonema do MPOG, que causou surpresa e indignação. Simplesmente notificava a hora para acompanhar a assinatura do acordo com o SINASEFE. Concluiu a sua intervenção afirmando que os elementos novos de sexta para segunda-feira fizeram piorar a situação, e que várias assembleias estão avaliando o quadro como insustentável e deliberando favoravelmente ao indicativo de greve.

Estabeleceu-se o debate em que as falas dos interlocutores do MPOG tentavam justificar as limitações da sua posição. Disseram que, para honrar o compromisso do governo com uma reposição próxima da inflação e, no limite dos recursos com que estão trabalhando, ficou impossível encaminhar a extinção da GED.

Em contraposição, os representantes do ANDES-SN afirmaram duas linhas de argumentos. Por um lado, ou o governo dispõe, efetivamente, de mais recursos do que o declarado, ou então reconhece que a proposta de abril nunca existiu por falta de base real. Por outro, o flagrante retrocesso surgido na mesa de hoje, a respeito de princípios que já eram consensuais, como a isonomia, a paridade entre ativos e aposentados e a extinção da GED. A representante da CUT também afirmou que é preciso valorizar os princípios sobre os quais já se obteve acordo.

Neste ponto, o secretário do MPOG declarou que seria necessário sentar com o MEC para acertarem onde chegariam. Isto no momento em que se identificava que “a média da GED é o topo da GED!”.

Ficou, então, marcada nova reunião para a próxima quarta-feira, 21 de julho, às 14h30.”

NO QUE CONSISTE A NOVA PROPOSTA DO GOVERNO (de 13.07)?

- "Congelamento" dos valores atuais da GED, que são diferentes para docentes ativos e aposentados;

- Criação de uma gratificação adicional, retroativa a maio de 2004, igual para ativos e aposentados, fixada de acordo com a titulação e o regime de trabalho, como segue.

	20 horas	40 horas	DE
Graduação	67,43	134,87	203,07
Aperfeiçoamento	72,80	146,36	224,52
Especialização	72,80	146,36	224,52

Mestrado	99,62	202,30	298,08
Doutorado	119,54	257,47	407,66

- Permaneceriam as atuais diferenças entre ativos e aposentados.

QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE A PROPOSTA DE ABRIL E A NOVA PROPOSTA?

- Hoje o Governo afirma que só dispõe de **R\$ 231 milhões** em 2004 para o reajuste salarial dos docentes de ensino superior;

- De acordo com os cálculos do ANDES, a proposta nova teria um impacto de **R\$ 193 milhões**;

- De acordo com cálculos feitos pelo Andes-SN, a partir dos dados fornecidos pelo próprio MPOG, a proposta feita originalmente em abril, de reajustar a GED, custaria **R\$ 348,3 milhões**;

Alguns valores poderiam dar uma melhor referencia: Preço do novo avião da Presidência - R\$ 176 milhões; anistia da multa da dívida AES eletropaulo dada pelo BNDES - R\$ 600 milhões; repasses diretos e indiretos ao setor das particulares - R\$ 3,5 bilhões. As particulares filantrópicas deixam de pagar por ano R\$ 839 milhões. Além disso a receita extraordinária (além do previsto no orçamento) deste ano até maio já chegou a R\$ 5,5 bilhões (isso corresponde ao orçamento de todas as federais). No ano passado a receita extraordinária chegou a R\$ 36 bilhões. Nos últimos dez anos o país pagou de dívida pública R\$ 926 bilhões (isso corresponde a mais de duas vezes o orçamento geral da União de 2004 que está em torno de R\$ 413 bilhões). Essa dívida, que em julho de 1994 era de R\$ 62 bilhões, chegou em 2003 a R\$ 731 bilhões. Parte do valor pago de juros refere-se ao superávit primário obtido com o nosso arrocho salarial aproximadamente R\$ 230 bilhões).

A proposta representa um retrocesso em relação ao que já havia sido acordado na mesa de negociação. O governo recuou em relação à

extinção completa da GED e conseqüente restabelecimento da paridade entre ativos e aposentados e à isonomia entre docentes do 1º e 2º grau e do ensino superior - desta vez ao contrário, isto é, oferecendo remunerações mais elevadas para o ensino fundamental e médio (ver acordo com o Sinasefe). Reduziu ainda os valores globais da proposta, demonstrando que, das duas uma, ou a proposta apresentada em abril jamais seria cumprida ou foram retirados da negociação, em grande quantidade, recursos que deveriam estar sendo destinados ao reajuste dos professores das universidades.

O governo não explicou o que seria a "manutenção da GED", isto é, se seria mantido o atual processo de pontuação ou se seriam mantidos apenas os valores atualmente pagos, sem necessidade de contagem de pontos, ou ainda se todos passariam a receber os valores máximos (140 pontos para os ativos e 84 pontos para os aposentados e pensionistas).

Assembléias docentes, ocorridas em 15.07, da UFPB, da UFPE e da UFF rejeitaram esta proposta e mantiveram o indicativo de Greve para o dia 27.

Fonte: Informes do ANDES, ADUFRJ e filiado José Menezes.

PROPOSTA DO SETOR DAS IFES – ANDES-SN

O ANDES já havia formalizado uma proposta, aprovada pelo Setor, através da Carta nº 197/03 ao MPOG, de 7 de julho de 2004. No ANEXO foram enviadas as tabelas correspondentes e uma avaliação do impacto orçamentário da contra-proposta indicada pelo Setor das IFES do ANDES-SN, como segue:

“O Setor das IFES decidiu, no dia 15 de junho, apresentar ao governo uma contra-proposta alternativa baseada na substituição da GED e da GID por uma gratificação não produtivista, isonômica e paritária e na obtenção de reajustes no mínimo iguais aos contidos na proposta que o governo apresentou em abril. Com base nesta deliberação e para subsidiar as avaliações do movimento docente, o GT Verbas simulou uma tabela de remunerações que atende, no mínimo, às condições definidas pelo Setor e calculou o impacto orçamentário que resultaria da aplicação desta tabela ao conjunto de docentes das IFE. Da mesma forma que nos cálculos relativos às simulações apresentadas pelo MPOG, os valores referem-se ao período de maio a dezembro de 2004, incluindo as férias e o décimo terceiro de 2004. Os custos e os impactos estão no quadro a seguir e parte das tabelas de remunerações estão seguem em anexo.

		custo total	impacto
superior	ativos	669.227.079	268.447.622
	aposentados e pensionistas	373.442.261	235.457.697
	total	1.042.669.341	503.905.319
básico	ativos	133.208.950	71.607.817
	aposentados e pensionistas	64.870.303	49.272.409
	total	198.079.253	120.880.226
Total geral		1.240.748.594	624.785.545